

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DO TRIBUNAL REGIONAL
ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE**

REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90021/2025-TRE/RN

FASICO SERVIÇOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 34.939.967/0001-55, devidamente qualificada no processo licitatório em epígrafe, vem, respeitosamente, perante Vossa Senhoria, por meio de seu representante legal, interpor RECURSO ADMINISTRATIVO, contra o julgamento que declarou vencedora do Pregão Eletrônico nº 90021/2025-TRE/RN a empresa ESTRUTURA SERVIÇOS E ENGENHARIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 11.293.277/0001-76, com fulcro no art. 165 da Lei 14.133/2021, pelos fundamentos expostos a seguir.

Requer-se, desde já, caso ultrapassado o juízo de retratação, o recebimento das presentes razões de recurso, na forma prevista em lei, com seu encaminhamento, devidamente informado, à autoridade competente para a devida apreciação, requerendo a total e completa procedência.

I – DA TEMPESTIVIDADE

O presente Recurso é tempestivo, uma vez que apresentado dentro dos 03 (três) dias úteis ulteriores à aceitação da manifestação motivada da Recorrente contra a decisão que declarou vencedora a empresa Recorrida, no presente certame, como indica o item 9.2 do Edital

Ademais, resta também cumprido o prazo de 03 (três) dias, previsto no art. 165 da Lei 14.133/2021 que rege essa licitação.

Prima facie é importante destacar o comportamento anômalo da Recorrida por ocasião da sessão pública do pregão eletrônico, ao usar mensagens intimidatórias em evidente tentativa de frustrar o caráter competitivo da licitação, prejudicando o bom andamento do certame, atitude passível de penalidade nos

termos da legislação vigente e do edital do certame licitatório. Ressaltamos que a perturbação do processo licitatório é delito abrangente que consiste na atuação em impedir, perturbar ou fraudar qualquer ato licitatório. No caso em pauta, os recortes do *chat* de mensagens do pregão eletrônico mostram a conduta desarrazoada da Recorrida:

Mensagem do Participante

Item G1

De 11.293.277/0001-76 - Prezados, de antemão informamos que, assim como fizemos em relação a empresa ASG que foi INABILITADA deste certame, informamos que as empresas que desejarem entrar contra nossa empresa com recurso, tenham em mente de não terem marcado a reserva de CARGOS PARA PCD pois temos as certidões de todas empresas que estavam em situação irregular no dia da licitação e que também atentem se não marcaram a opção de programa de integridade...

Enviada em 25/07/2025 às 11:50:34h

Mensagem do Participante

Item G1

De 11.293.277/0001-76 - Então caso haja recurso por parte dessas empresas não nos absteremos de apresentar queixa formal ao TCU, Controladoria da União e a Polícia Federal.

Enviada em 25/07/2025 às 11:52:37h

Os recortes acima mostram o mínimo da conduta inadequada da Recorrida, ao compulsarmos o *chat* de mensagens da sessão pública é possível visualizar que a empresa agiu durante toda a sessão pública do certame de forma deliberada para frustrar o caráter competitivo do certame se utilizando de mensagens intimidatórias. Conduta passível de penalidade. A lei 14.133/2021 elenca a seguinte:

*Art. 155. O **licitante** ou o contratado **será responsabilizado administrativamente** pelas seguintes infrações:*
(...)
*X - **comportar-se de modo inidôneo** ou cometer fraude de qualquer natureza;*

Já o edital traz as hipóteses que atraem a aplicação das penalidades administrativas:

12.1. Para os fins previstos neste edital, comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

(...)

12.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

(...)

12.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

(...)

12.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

O pregoeiro é o responsável por garantir a regularidade e a lisura do certame. Diante de comportamentos inadequados, como:

- Interrupções indevidas;
- Linguagem ofensiva;
- Tentativas de tumultuar a sessão; e
- Desrespeito às regra do edital

Certamente que a conduta da Recorrida tem por finalidade única o comprometimento da integridade do processo licitatório, sendo dever do pregoeiro a adoção das medidas cabíveis

II – DOS FATOS

O Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte, instaurou o processo licitatório na modalidade de pregão eletrônico, destinado à contratação de serviços contínuos de limpeza, conservação e higienização de imóveis, com

dedicação exclusiva de mão de obra, em imóveis da Justiça Eleitoral localizados no município de Natal/RN.

Sendo assim, na data designada para a abertura da sessão pública, feita a classificação inicial das propostas, e após decorrida a etapa competitiva de lances, com a apresentação da planilha readequada ao lance, após a análise da proposta e dos documentos de habilitação, foi declarada vencedora do certame a empresa Recorrida, em que pese as irregularidades que permeiam a habilitação apresentada e que serviram de base para a proposta considerada vencedora.

Inconformada com o julgamento proferido em frontal desacordo com a realidade fática que se apresenta nos autos, e em flagrante conflito com o instrumento convocatório e legislação aplicável, alternativa não restou à Recorrente, se não a apresentação do presente recurso, com vistas a garantir a prevalência da legalidade e a obediência aos princípios que regem os processos licitatórios

III – DAS RAZÕES DO RECURSO

A licitação na modalidade Pregão Eletrônico é regulada pela Lei nº 14.133/2021, que define em seu artigo 5º, quais são os princípios que devem reger os processos licitatórios de Pregão Eletrônico, vejamos:

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro). (grifos nossos)

Infere-se pelo teor do dispositivo acima relacionado, que a licitação na modalidade pregão está condicionada aos princípios básicos da legalidade, da igualdade, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, os quais devem sempre primar pela segurança na contratação.

Partindo dessas premissas, passamos à análise individualizada das irregularidades encontradas nos atestados de capacidade técnica apresentados pela empresa Recorrida, as quais ferem de morte os princípios que deveriam nortear a presente licitação.

1. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DA RECORRIDA

As exigências para comprovação da qualificação técnica das licitantes estão disciplinadas no edital da seguinte forma:

*12.17. A licitante deverá comprovar **aptidão para execução de serviço de complexidade equivalente ou superior com o objeto desta contratação**, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado.*

12.18. Para fins da comprovação de que trata o subitem anterior, as certidões ou atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

*12.18.1. **Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 03 (três) anos na prestação dos serviços**, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, com períodos concomitantes sendo computados uma única vez, não havendo obrigatoriedade de os anos de experiência serem ininterruptos;*

12.19. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos

*termos do item 10.9 do Anexo VII-A da Instrução Normativa
SEGES/MPDG nº 5/2017, aplicável por força da Instrução
Normativa SEGES/ME nº 98/2022.*

Para fins de atender ao disposto no regramento do certame a Recorrida apresentou os seguintes atestados de capacidade técnica:

1. Atestado de capacidade técnica emitido pela Prefeitura Municipal de Uberlândia referente a prestação de serviços continuados e fornecimento de pessoal para sepultamentos no período de junho de 2019 a julho de 2024 com execução de 291.062 horas;

2. Atestado de capacidade técnica emitido pela Prefeitura de Araguari para fornecimento de mão de obra exclusiva para prestação de serviços de coveiro pelo período de 18/02/2025 a 18/05/2025. **O referido atestado não menciona o quantitativo de mão de obra utilizado, trazendo apenas a informação do quantitativo de sepultamentos realizados. Restando prejudicado para fins de comprovação do quantitativo de mão de obra.**

Antes de adentrarmos no mérito da questão é importante destacarmos mais uma vez o intuito de prejudicar o andamento do certame por parte da Recorrida na clara intenção de frustrar o caráter competitivo do certame e a intenção deliberada de indução do pregoeiro a erro no julgamento:

Mensagem do ParticipanteItem G1

De 11.293.277/0001-76 - Desejamos saber se o informativo Númro 488 Sessões 30 e 31 de julho, e 6 e 7 de agosto de 2024 será levado em consideração para essa licitação?

Enviada em 23/07/2025 às 17:25:54h



FASICO SERVIÇOS

CNPJ: 34.939.967/0001-55
AV: MENDONÇA FURTADO Nº1310, CENTRAL, MACAPÁ/AP
CONTATO: (96) 99180-5595 (96) 98129-7199

Mensagem do Participante

Item G1

De 11.293.277/0001-76 - O informativo do TCU 488 é:
"2. Nas contratações de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra regidas pela Lei 14.133/2021, os atestados de capacidade técnica devem comprovar a aptidão do licitante na gestão de mão de obra, e não na execução de serviços idênticos aos do objeto licitado, sendo imprescindível motivar tecnicamente as situações excepcionais, sob pena de afronta aos princípios da legalidade (...)"

Enviada em 23/07/2025 às 17:28:30h

Mensagem do Participante

Item G1

De 11.293.277/0001-76 - Desejamos saber se esta administração entende o mesmo.

Enviada em 23/07/2025 às 17:28:50h

Mensagem do Participante

Item G1

De 11.293.277/0001-76 - Ficamos no aguardo. E agradeceremos imensamente se a resposta for dada antes do envio da documentação. Boa tarde a todos.

Enviada em 23/07/2025 às 17:30:19h

Mensagem do Participante

Item G1

De 11.293.277/0001-76 - Senhor pregoeiro a informação é de suma importância para que não haja desgastes com recursos para contextualização que podem ser sanados agora.

Enviada em 23/07/2025 às 17:32:15h

Mensagem do Participante

Item G1

De 11.293.277/0001-76 - Não temos dúvidas quanto ao edital ou termo de referência e creio que estão a par da eficiência do nosso jurídico. Então uma resposta simples de SIM ou NÃO já nos satisfaria.

Enviada em 23/07/2025 às 17:33:46h

Mensagem do Participante

Item G1

De 11.293.277/0001-76 - Prezados, para manter a celeridade enviamos já o solicitado pois estávamos cientes do erro. Solicitamos que seja indagado ao contábil se agora está correto.

Enviada em 28/07/2025 às 17:12:50h

As mensagens **intimatórias** ou **com tom de coação** enviadas pela Recorrida no *chat* tem o claro objetivo de influenciar ou pressionar o julgamento do pregoeiro, configurando conduta **grave e inaceitável**. Prática que compromete a lisura do certame e deveria ser tratada com firmeza e respaldo legal.

Essa conduta tem por pano de fundo a clara tentativa de ocultar as falhas nos documentos elencados pela Recorrida para comprovação da qualificação técnica, insuficiente para atender os requisitos estabelecidos pelo edital do certame licitatório, como comprovaremos a seguir.

Como citado anteriormente, apenas o atestado emitido pela Prefeitura de Uberlândia se presta para fins de comprovação da qualificação técnica da Recorrida. Em arrazoado a Recorrida apresenta justificativa para aceitação do atestado:

Já quanto a quantidade mínima de pessoas, que para essa licitação seriam de ~28 pessoas por ao menos 01 ano, o **Atestado de Capacidade Técnica 1** consta ~22 pessoas durante 05 anos que consta abaixo imagem recortada

Quantidade de Sepultadores Fornecidas / Homens					
Ano 2019	Ano 2020	Ano 2021	Ano 2022	Ano 2023	Ano 2024
Junho à dezembro	Janeiro à Dezembro	Janeiro à Dezembro	Janeiro à Dezembro	Janeiro à Dezembro	Janeiro à Julho
122	236	290	300	290	140
Total Sepultadores Período / Homens					
1378					
Total Horas Período					
291.062 hs					

4. Cálculo da quantidade média de funcionários:

$$\text{Funcionários} = \frac{\text{Total de horas prestadas}}{\text{Jornada mensal por funcionário} \times \text{Número de meses}}$$
$$\text{Funcionários} = \frac{291.062}{220 \times 61,5} = \frac{291.062}{13.530} \approx 21,51$$

A contratação em epígrafe apresenta a monta de 55 empregados fixos para a prestação dos serviços e pacotes adicionais. A justificativa da empresa apresenta o quantitativo de aproximadamente 21 empregados. O edital exige a comprovação de aptidão equivalente ou superior ao objeto da contratação.

"Capacidade técnica equivalente ou superior" em um contexto de licitação significa que a empresa deve apresentar comprovação de experiência e habilidades técnicas que sejam iguais ou melhores do que as exigidas no edital, para garantir que ela possa executar o serviço ou fornecer o produto objeto da licitação com sucesso.

A exigência de comprovação de aptidão equivalente ou superior ao objeto da contratação está amparada pela Lei nº 14.133/2021, especialmente no que diz respeito à qualificação técnica dos licitantes:

Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

(...)

*II - Certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem **capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior**, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 desta Lei;*

(...)

*§ 5º Em se tratando de serviços contínuos, o edital poderá exigir certidão ou atestado que demonstre que o licitante tenha **executado serviços similares ao objeto da licitação**, em períodos sucessivos ou não, por um prazo mínimo, que não poderá ser superior a 3 (três) anos.*

Nessa mesma linha, o entendimento do Tribunal de Contas da União:

Acórdão 361/2017 – Plenário | Ministro Vital do Rego

É obrigatório o estabelecimento de parâmetros objetivos para análise da comprovação (atestados de capacidade técnico-operacional) de que a licitante já tenha prestado serviços pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação (art. 30, inciso II, da Lei 8.666/1993).

O conceito de similaridade nos casos de atestados de capacidade técnica em licitações, especialmente sob a vigência da Lei nº 14.133/2021, está relacionado à compatibilidade entre os serviços ou obras já executados pela empresa e o objeto da nova contratação.

Similaridade é a correspondência entre as características técnicas, quantitativas e qualitativas do serviço ou obra atestada e o objeto da licitação. Isso não significa que os serviços tenham que ser idênticos, mas sim pertinentes e compatíveis com o que será contratado.

Como bem admite a Recorrida, o único atestado apto a comprovar a capacidade técnica não atende os termos do edital no que se refere ao quantitativo de postos, quando comprova apenas o efetivo de aproximadamente 22 postos de trabalho.

Nos termos do art. 67, inciso I, da Lei nº 14.133/2021 e do edital do certame, é exigida a comprovação de aptidão para desempenho de atividade **equivalente ou superior** em características, quantidades e prazos com o objeto da

licitação, por meio de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

O edital previu, de forma clara e objetiva, a necessidade de apresentação de atestados que comprovassem a execução de serviços com as características acima.

A Recorrida, no entanto, apresentou atestados que não atendem integralmente às exigências editalícias. Os documentos apresentados não demonstram a execução de serviços com a mesma equivalência ou número de postos superior ao exigido no edital.

A jurisprudência do Tribunal de Contas da União é pacífica no sentido de que a Administração pode exigir comprovação de experiência anterior, desde que haja compatibilidade técnica com o objeto licitado, sendo vedada a exigência de identidade absoluta (Acórdãos TCU nº 546/2021 e 1893/2020 – Plenário).

Contudo, no presente caso, a divergência entre os atestados apresentados e as exigências do edital é substancial, não sendo possível o aproveitamento para comprovar a experiência pretérita da Recorrida, motivo pelo qual não cabe outra decisão se não a desclassificação da proposta da Recorrida.

Deve o pregoeiro rever a decisão de aceitar e habilitar a proposta da Recorrida em honra ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, um dos pilares da Lei nº 14.133/2021. Esse princípio determina que os participantes assim como a Administração de um certame licitatório devem seguir as regras do edital.

Por esse princípio a Administração Pública atua de forma transparente e objetiva, assegurando que todos os participantes têm as mesmas regras e condições, evita discriminações e favorecimentos, garante a isonomia, a segurança jurídica e a transparência, bem como que o procedimento siga parâmetros claros e objetivos para todos os concorrentes.

Com relação ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, convém arrolar as decisões, as quais, demonstram que o Pregoeiro, durante a

realização da sessão pública, não pode dar interpretação diversa daquela prevista no edital e seus anexos:

a) STF - RMS 23640/DF - EMENTA: RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. CONCORRÊNCIA PÚBLICA. PROPOSTA FINANCEIRA SEM ASSINATURA. DESCLASSIFICAÇÃO. PRINCÍPIOS DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO E DO JULGAMENTO OBJETIVO. 1. Se o licitante apresenta sua proposta financeira sem assinatura ou rubrica, resta caracterizada, pela apocrifia, a inexistência do documento. 2. Impõe-se, pelos princípios da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, a desclassificação do licitante que não observou exigência prescrita no edital de concorrência. 3. A observância ao princípio constitucional da preponderância da proposta mais vantajosa para o Poder Público se dá mediante o cotejo das propostas válidas apresentadas pelos concorrentes, não havendo como incluir na avaliação a oferta eivada de nulidade. 4. É imprescindível a assinatura ou rubrica do licitante na sua proposta financeira, sob pena de a Administração não poder exigir-lhe o cumprimento da obrigação a que se sujeitou. 5. Negado provimento ao recurso. (Grifo nosso)

b) STJ - RESP 1178657 - ADMINISTRATIVO. PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. PREGÃO. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL. REQUISITO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA NÃO CUMPRIDO. DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA DIFERENTE DA EXIGIDA (Grifo nosso) c) TCU - Acórdão 4091/2012 - Segunda Câmara. REPRESENTAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO. EXIGÊNCIA DE ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA EM PERCENTUAL MÍNIMO DE 50% PARA TODOS OS ITENS LICITADOS. ILEGALIDADE. ACEITAÇÃO DE ATESTADOS DOS



FASICO SERVIÇOS

CNPJ: 34.939.967/0001-55

AV: MENDONÇA FURTADO Nº1310, CENTRAL, MACAPÁ/AP

CONTATO: (96) 99180-5595 (96) 98129-7199

*VENCEDORES EM DESACORDO COM O PRÓPRIO EDITAL.
MALFERIMENTO DOS PRINCÍPIOS DA ISONOMIA E DA
VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO.
APLICAÇÃO DE MULTA AOS RESPONSÁVEIS.
DETERMINAÇÕES. PEDIDO DE REEXAME.
CONHECIMENTO. NEGATIVA DE PROVIMENTO Acórdão
966/2011 - Primeira Câmara REPRESENTAÇÃO. LICITAÇÃO.
POSSÍVEIS IRREGULARIDADES EM PREGÃO ELETRÔNICO.
CONSTATAÇÃO DE ALGUMAS FALHAS RELACIONADAS À
INOBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO
INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. PROCEDÊNCIA PARCIAL.
DETERMINAÇÃO. (Grifo nosso)*

Visando espantar quaisquer dúvidas que possam vir a pairar sobre o tema, é importante asseverar que os procedimentos administrativos, possuem como condição de existência a observância aos preceitos legais dos quais se submetem, da mesma forma que é de estrita necessidade à observância a existência dos motivos em que se baseiam a sua realização.

Ou seja, tamanha é a gravidade do desamparo as condições mínimas licitatórias, como a competitividade, que mesmo após a realização do certame amparado se encontra a anulação do feito, por patente ilegalidade em seus termos.

Portanto, claríssimo se faz o fato de que ilegalidade contida em ao aceitar uma empresa para prestar serviços sem a comprovação de exequibilidade, com proposta de preços em desacordo com os termos do edital do certame figura-se objeto nulo, além de gerar ineficácia de todos os atos de dela advir, podendo ser arguida no momento de sua constatação, independentemente da existência ou não de quaisquer prazos.

IV – DOS PEDIDOS

Por todo exposto, para que não se consolide uma decisão equivocada, lembrando o próprio dever de se evitar o ônus de eventual demanda judicial, requer:

a) O recebimento e provimento do presente recurso administrativo, para ANULAR o certame diante dos diversos ocorridos que prejudicaram a isonomia do certame ou declarar a inabilitação e a desclassificação da empresa ESTRUTURA SERVIÇOS E ENGENHARIA LTDA;

b) O encaminhamento do presente recurso administrativo para instância superior, caso não seja realizado o juízo de retratação, o que se admite apenas como argumentação, para que então, se proceda a reforma da decisão.

Nestes termos, pede e espera deferimento.

Macapá/AP, 01 de Agosto de 2025

FASICO SERVICOS
LTDA:3493996700
0155

Assinado de forma digital por
FASICO SERVICOS
LTDA:34939967000155
Dados: 2025.08.01 16:13:10
-04'00'



Documento assinado digitalmente

FRANCISCO SEBASTIAO DE ARAUJO
Data: 01/08/2025 17:20:29-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO

Referência: Pregão Eletrônico nº 90021/2025 – TRE/RN
Recorrente: FASICO SERVIÇOS LTDA
Recorrida: ESTRUTURA SERVIÇOS E ENGENHARIA LTDA

Ilustríssimo Senhor Pregoeiro,

A empresa **ESTRUTURA SERVIÇOS E ENGENHARIA LTDA**, inscrita no CNPJ nº 11.293.277/0001-76, com base na legislação vigente e em atenção ao recurso apresentado pela empresa **FASICO SERVIÇOS LTDA**, apresenta suas **contrarrrazões**, na forma do art. 165, §4º da Lei nº 14.133/2021, pelas razões a seguir:

1. Breve síntese do recurso apresentado

O recurso apresentado se limita a alegações genéricas e sem provas, sendo cabível dizer que não há demonstração clara e objetiva de qualquer irregularidade na proposta da Recorrida, tampouco elementos que sustentem a alegada inidoneidade dos atestados apresentados.

Ademais, a Recorrente **não anexou qualquer documentação comprobatória**. Simples prints ou trechos de chat não sustentam o fato informado sobre coibição do direito de adentrar com o recurso.

Cabe salientar a “bagunçada” peça recursal apresentada pela empresa **Fasico Serviços Ltda.**, na qual encontra-se totalmente confusa, contudo, nesta peça de contrarrrazões tentaremos organizar o que já deveria ter sido realizado por quem ingressa com recurso.

3. Da tempestividade e do caráter meramente protelatório do Recurso

Como dito anteriormente, a peça recursal encontra-se “bagunçada”, sendo que no tópico que se refere à tempestividade do recurso, também expõe fato não condizentes com chat e prints de conversas realizadas durante o a sessão pública do referido procedimento licitatório.

Assim sendo, rebateremos somente os fatos elencados como fatos intimidatórios, para perturbar o processo licitatório, como dito pela recorrente.

Inicialmente cumpre questionar, em que momento da referida sessão, há qualquer perturbação do certame!? Responde-se aqui, em NENHUM MOMENTO!!!

A falta lógica da peça recursal, demonstra claramente que a recorrente em nada tem a dizer que desabone a documentação trazida pela requerida e fica inventando fatos.

Salienta-se que em uma disputa como ocorrida em sessão deste certame, há que se ter psicológico para participação, não sendo, portanto, possível qualquer reclamação meramente protelatória por qualquer uma das partes, fato este que a recorrente encontra-se realizando com essa peça recursal.

Assim, salienta-se que a recorrida em momento algum tentou tumultuar o processo, ao contrário, a recorrente que protocola recurso sem qualquer sentido para aí sim, perturbar o certame que se encontra em andamento.

Neste diapasão da análise do recurso apresentado pela licitante há que se salientar, inicialmente, que o intuito deste, possui, tão somente, o condão de tumultuar o certame, haja vista que aduz irregularidades descabidas e falaciosas, acostando claramente cópia de razões repetitivas.

Por esses motivos devem ser desconsideradas as falácias da recorrente por não possuírem qualquer fundamento fático, outrossim, alerta a mesma que deve se cercar de todos os meios para participar de sessões públicas no intuito de proposta mais vantajosa à Administração Pública e não ficar suscitando fatos inexistentes.

2. Da qualificação técnica da recorrida e cálculo da quantidade média de funcionários

Insta dizer primeiramente, que os dois tópicos serão rebatidos juntamente, haja vista se tratarem de uma forma repetitiva e que prolonga ainda mais a discussão vazia trazida pela recorrente.

Mais uma vez, cumpre expor o caráter meramente protelatório da peça, haja vista que os tópicos “II – DOS FATOS e III – DAS RAZÕES DO RECURSO”, são vazios e sem qualquer conteúdo que devamos rebater ou discutir, sendo assim, já restam de plano contestados e devem ser os mesmos desconsiderados em relação à fundamentação da recorrente.

Assim, passa-se a analisar os tópicos descritos acima.

A recorrente mais uma vez, nestes tópicos, vem tentando demonstrar que a recorrida está tentando tumultuar o certame, sendo que já foi explanado em tópico acima, os mesmos dizeres, ou seja, bem cansativo ficar rebatendo tópicos repetitivos e sem qualquer fundamentação jurídica que possa condicionar a veracidade de tais alegações vazias.

Passadas estas considerações, cumpre dizer que a recorrente explanou em sua peça recursal, após vários pontos repetitivos, que a recorrida não apresentou atestados de capacidade técnica suficientes para o presente certame.

Somente tal alegação e novamente repete-se fatos anteriores de tentativa de imputar à recorrida uma possível perturbação ao certame.

Assim, rebate-se apenas o ponto dos atestados e deixa de lado os repetitivos e vazios dizeres já rebatidos anteriormente.

O edital exige comprovação de aptidão técnica mediante **atestados de capacidade técnico-operacional**, e, conforme **já comprovado nos autos**, a empresa Recorrida:

- Apresentou atestado que comprova a execução de contrato com **aproximadamente 22 postos de trabalho durante 5 anos**, conforme cálculo com base em 291.062 horas trabalhadas. **(ANEXO 1)**
- Apresentou outros atestados complementares, **ultrapassando o mínimo legal de 50% dos postos exigidos no edital**, que, conforme o Termo de Referência, corresponde a 55 postos de trabalho — ou seja, o mínimo exigido é **27,5 postos**. **(ANEXO 1 + ANEXO 3)**

Ou seja, devidamente comprovada a aptidão da recorrida no objeto do certame.

Assim sendo, basta uma simples análise aos atestados ou até mesmo o pregoeiro realizar as diligências necessárias para dirimir quaisquer dúvidas, sendo tudo isso possível, conforme legislação vigente, a qual se segue:

Art. 64. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

I - complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

Dessa maneira, resta totalmente comprovado com os atestados anexados perante este certame pela recorrida que, há conformidade entre o objeto e os mesmos apresentados, não restado dúvidas quanto ao quantitativo dos mesmos.

Por derradeiro, devem ser desconsiderados os dizeres expostos pela recorrente, haja vista se tratar de maneira genérica e manifestamente protelatória, ainda cabendo dizer que a mesma está sendo responsável por TUMULTUAR o certame.

3. Da conformidade com a jurisprudência e normativos vigentes

Além do respaldo da Lei nº 14.133/2021 (art. 67, II) e da jurisprudência do TCU, como já citado no **Informativo de Licitações e Contratos nº 488/2024**, destaca-se ainda o **Anexo VII da IN SEGES/MP nº 5/2017**, que reforça e orienta:

(...)

10.3. Nas disposições quanto à habilitação técnica deverão ser previstos que:

- a) os atestados ou declarações de capacidade técnica apresentados pelo licitante devem comprovar aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto de que trata o processo licitatório; e
- b) os atestados de capacidade técnico-operacional deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

10.6. Na contratação de serviço continuado, para efeito de qualificação técnico-operacional, a Administração poderá exigir do licitante:

(...)

- b) comprovação que já executou objeto compatível, em prazo, com o que está sendo licitado, mediante a comprovação de experiência mínima de três anos na execução de objeto semelhante ao da contratação, **podendo ser aceito o somatório de atestados;**

c) no caso de contratação de serviços por postos de trabalho:

- c.1. **quando o número de postos de trabalho a ser contratado for superior a 40 (quarenta) postos, o licitante deverá comprovar que tenha executado contrato(s) com um mínimo de 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados;**

(...)

10.6.1 É admitida a apresentação de atestados referentes a períodos sucessivos não contínuos, para fins da comprovação de que trata a alínea "b" do subitem 10.6 acima, não havendo obrigatoriedade de os três anos serem ininterruptos.

Tais diretrizes constam nas **páginas 588 e 589 do Manual de Licitações e Contratos – 5ª edição, 2024**, documento técnico oficial e amplamente utilizado pela Administração Pública Federal, que gentilmente será fornecido link para que a RECORRENTE não incorra duas vezes no mesmo erro, considerado, no mínimo, erro que só um novato cometeria:

<https://licitacoescontratos.tcu.gov.br/wp-content/uploads/sites/11/2024/09/Licitacoes-e-Contratos-Orientacoes-e-Jurisprudencia-do-TCU-5a-Edicao-29-08-2024.pdf>.

O Tribunal de Contas da União é cristalino ao afirmar que:

"Nas contratações de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra regidas pela Lei 14.133/2021, os atestados de capacidade técnica devem comprovar a aptidão do licitante na **gestão de mão de obra**, e não na execução de serviços **idênticos** aos do objeto licitado, sendo imprescindível motivar tecnicamente as situações excepcionais, sob pena de afronta aos princípios da legalidade, da competitividade e da isonomia entre os licitantes." (Informativo de Licitações e Contratos 488/2024 – TCU)

E ainda:

"Não se pode exigir identidade absoluta entre os serviços prestados e o objeto da licitação, mas tão somente a pertinência e compatibilidade com as exigências do instrumento convocatório." (Acórdão n. 553/2016 – TCU)

Cumpre destacar maior entendimento do TCU:

ACÓRDÃO Nº 19099/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, c/c os arts. 143, incisos III e V, alínea a, 235, 237, inciso VII, e 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU, c/c os arts. 103, § 1º, da Resolução/TCU 259/2014 e 9º, inciso I, da

Resolução/TCU 315/2020, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la procedente, dar ciência da seguinte impropriedade/falha à Superintendência Regional do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes no Estado de Rondônia – Dnit/RO, sem prejuízo de encaminhar cópia desta deliberação ao representante e ao Dnit/RO, promovendo-se, em seguida, o arquivamento dos autos, de acordo com o parecer da unidade técnica:

1. Processo TC-041.767/2021-7 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Frac Limpeza, Asseio e Conservação Predial Eireli,

(10.528.510/0001-90).

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes no Estado de Rondônia – Dnit/RO.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.6. Representação legal: Adriano de Andrade Silva, representando Frac Limpeza, Asseio e Conservação Predial Eireli.

1.7. Ciência:

1.7.1. à Superintendência Regional do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes no Estado de Rondônia – Dnit/RO sobre a impropriedade/falha, identificada no âmbito no Pregão Eletrônico 268/2020, para que sejam adotadas medidas internas com o intuito de evitar outras ocorrências semelhantes:

1.7.1.1. exigência indevida de comprovação de qualificação técnica mediante apresentação de atestados que comprovassem experiência na prestação de serviço contemplando todos os postos de serviços objeto da contratação (item 7.1.1 do Termo de Referência anexo ao Edital), **uma vez que, nos certames para contratar serviços terceirizados, em regra, os atestados de**

capacidade técnica devem comprovar a habilidade na gestão de mão de obra, e não as aptidões específicas relativas às atividades a serem contratadas, em afronta aos princípios da competitividade e da isonomia entre os licitantes e à jurisprudência do TCU (Acórdãos 553/2016 - Plenário, rel. Ministro Vital do Rêgo; 1.443/2014 e 1.214/2013, ambos do Plenário, rel. Ministro Aroldo Cedraz; e 744/2015 - 2ª Câmara, rel. Ministra Ana Arraes).

Dados da Sessão:

Ata nº 41/2021 – 2ª Câmara

Data: 30/11/2021 – Telepresencial

Relator: Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

Presidente: Ministro BRUNO DANTAS

Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral
LUCAS ROCHA FURTADO

TCU, em 30 de novembro de 2021. – **grifos nossos**

REPRESENTAÇÃO. LICITAÇÃO REALIZADA PELO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E COMUNICAÇÕES PARA CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CARGA MANUAL, SEM EMPREGO DE MATERIAL. PREGÃO ELETRÔNICO (PE 07/2015). INABILITAÇÃO INDEVIDA DE LICITANTE COM INOBSERVÂNCIA AOS PRINCÍPIOS DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO E DO JULGAMENTO OBJETIVO. OITIVA PRÉVIA DO ÓRGÃO E DA EMPRESA CONTRATADA. NÃO ACOLHIMENTO DAS JUSTIFICATIVAS. DETERMINAÇÕES. **A jurisprudência do Tribunal de Contas da União vem se firmando no sentido de que, nas contratações de serviços de terceirização (serviços contínuos prestados mediante dedicação exclusiva da mão de obra), os atestados de capacidade técnica devem, em regra, comprovar a habilidade da licitante na gestão de mão de obra**

(Acórdãos 1.168/2016, 553/2016, 1.443/2014 e 1.214/2013, do Plenário, e 744/2015, da 2ª Câmara).

(TCU - RP: 01823120152, Relator.: MARCOS BEMQUERER, Data de Julgamento: 20/07/2016, Plenário) – **grifos nossos**

Salienta-se que no âmbito dos órgãos superiores de controle, já está mais que pacificado que a exigência de atestados de capacidade técnica em licitações de terceirização de mão de obra, especialmente em relação à compatibilidade entre os serviços atestados e os serviços licitados, quando se tratar de licitações para contratação de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra (exatamente o caso do presente certame), **os atestados de capacidade técnica devem comprovar a aptidão da licitante na gestão de mão de obra, e não na execução de serviços idênticos aos do objeto licitado.**

Evita-se assim, a restrição à competitividade do certame e o privilégio de determinadas empresas que já tenham prestado serviços semelhantes para a Administração Pública.

Portanto, os atestados apresentados **atendem plenamente** aos critérios da legislação, do edital e das boas práticas administrativas, devendo ser mantida a devida habilitação da recorrida com a consequente declaração de vencedora do certame.

4. Do caráter protelatório do recurso

Resta claro que o intuito do recurso apresentado é totalmente protelar o referido certame.

Assim, a Recorrida alertou que, seriam tomadas medidas caso houvesse tentativa de tumultuar o andamento do certame.

O recurso interposto claramente busca **postergar a licitação**, induzindo o órgão à necessidade de **contratação emergencial**, dado que o atual contrato se encerra em **10/08/2025**, o que, se ocorrer, trará prejuízo ao erário e afronta aos princípios da economicidade, transparência e à boa administração, além do interesse público.

Nos termos do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, é passível de sanção a empresa que **utilizar recurso meramente protelatório ou com má-fé**, o que aqui se verifica, haja visto que a empresa não chega a pleitear o direito de ser convocada como próxima participante, mas sim, que a mesma seja **ANULADA**.

Portanto, requer seja aberto procedimento administrativo em desfavor da requerida no intuito de avaliar suas condutas protelatórias perante este certame.

5. Da total exequibilidade da proposta da Recorrida

A Recorrente tenta sustentar, sem embasamento técnico, que a proposta apresentada pela empresa Recorrida seria “inexequível”. No entanto, tal afirmação **não se sustenta**, conforme os seguintes elementos:

a) Ausência de análise técnico-contábil no recurso

A Recorrente **não apresenta qualquer planilha**, memória de cálculo, simulação ou demonstração de custos que sustente sua alegação de inexequibilidade.

Em contrapartida, a Recorrida:

- Apresentou **proposta detalhada**, devidamente estruturada com base nos custos diretos e indiretos previstos no edital e no Termo de Referência;
- Considerou encargos sociais, benefícios obrigatórios e custos indiretos, conforme exigido pela legislação e praticado em contratos similares.

b) A comissão de licitação não apontou proposta inexequível

A comissão de licitação, detentora de competência técnica, **não considerou a proposta inexequível**. Pelo contrário, habilitou a empresa com base na análise de preços globais e na compatibilidade com os valores de mercado.

Conforme a Lei 14.133/2021, inexecutabilidade só é reconhecida **mediante prova técnica ou contábil objetiva**, o que não foi trazido aos autos pela Recorrente.

c) Conformidade com preços de mercado

A proposta da empresa ESTRUTURA, ora recorrida, está **dentro da média histórica de contratos semelhantes**. O valor ofertado considera:

- Custo de 55 postos de trabalho com dedicação exclusiva;
- Pacotes adicionais de serviços previstos no Termo de Referência;
- Todos os custos legais incidentes.

A empresa demonstrou **experiência prática** na execução de serviços com características equivalentes, conforme atestados (como o de 291.062 horas prestadas, equivalendo a cerca de 22 funcionários por 5 anos), atestado de serviços de copeira e encarregada com 11 postos de trabalho, dentre outros, comprovando que **tem domínio operacional e econômico para gerir contratos dessa magnitude**. **(ANEXO 2)**

d) Jurisprudência do TCU

Segundo jurisprudência do Tribunal de Contas da União, mais precisamente no Acórdão nº 1079/2017 – Plenário, assim expõe:

A desclassificação de proposta por inexecutabilidade deve ser objetivamente demonstrada, a partir de critérios previamente publicados, e deve ser franqueada oportunidade de o licitante defender sua proposta e demonstrar sua capacidade de bem executar os serviços, nos termos e condições exigidos pelo instrumento convocatório, antes de ter sua proposta desclassificada. A Recorrente **não apresenta nenhum desses elementos**, tornando sua alegação infundada e puramente especulativa.

Sendo assim, deve ser afastada a alegação da recorrente no intuito de se tentar trazer à discussão, a executabilidade da proposta da recorrida, devendo ser mantida a decisão de habilitação da recorrida.

6. Dos Pedidos

Ante todo o exposto, requer-se:

1. O **não provimento do recurso interposto** pela empresa FASICO SERVIÇOS LTDA, haja vista se tratar, sumariamente, de recurso protelatório, composto de argumentos vazios e com o caráter temerário e tentativa de reversão de uma decisão legítima e tecnicamente fundamentada da ADMINISTRAÇÃO;
2. A **manutenção da habilitação e da classificação da Recorrida** como vencedora do certame;
3. A **desconsideração do pedido de anulação do certame por parte da Recorrente** pelos motivos já expostos;
4. A **abertura de procedimento em desfavor da empresa Recorrente**, para investigar suas condutas, mais precisamente por uso indevido de recurso administrativo com efeito meramente protelatório, conforme previsto nos artigos 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021.

Nestes termos,

Pede deferimento.

Catalão/GO, 03 de agosto de 2025.



GUILHERME HENRIQUE DA SILVA
Sócio/Administrador

ESTRUTURA SERVIÇOS E ENGENHARIA LTDA
CNPJ: 11.293.277/0001-76

**ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA PARCIAL**

Atestamos para os devidos fins, que a empresa **ESTRUTURA SERVIÇOS E ENGENHARIA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº **11.293.277/0001-76**, situada à R. VB 12, nº 37, Bairro: Residencial Veredas dos Buritis, CEP 75.709-637, Cidade/UF: Catalão/GO, prestou serviços, para a PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA, CNPJ: 18.431.312/0001-15, através da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, CNPJ: 18.431.312/0036-45, situada à Av. Anselmo Alves dos Santos - 600, Bairro Santa Mônica, CEP 38.408-150, Uberlândia/MG, por meio do Instrumento Contratual nº 534/2019 e posteriores aditamentos, de **17 de junho de 2019 até 31 de julho de 2024** conforme especificado a seguir:

1. Dados da Obra/Serviço:

Contrato nº: 534/0/0/2019

Objeto Contratual: Prestação de serviço contínuos e fornecimento de pessoal, conforme especificado no item 3.1 do Contrato, em atendimento a SESURB (Item 3.1- Sepultador com encargos complementares com a exigência mínima).

Período de Realização:

Contrato nº: 534/0/0/2019 (17/06/2019 a 31/12/2019);

Aditivo nº: 534/1/0/2029 (01/01/2020 a 31/12/2020);

Aditivo nº: 534/3/0/2019 (01/01/2021 a 31/12/2021);

Aditivo nº: 534/5/0/2019 (01/01/2022 a 31/12/2022);

NATA



Aditivo nº: 534/6/0/2019 (01/01/2023 a 31/12/2023);

Aditivo nº: 534/7/0/2019 (01/01/2024 a 16/06/2024);

Aditivo nº: 534/9/0/2019 (17/06/2024 a 16/06/2025).

Local da Obra/Serviço:

Cemitérios Municipais, Uberlândia-MG.

2. Quantitativo total executado dos serviços e o período: 17/06/2019 à 31/07/2024:

Quantidade de Sepultadores Fornecidas / Homens					
Ano 2019	Ano 2020	Ano 2021	Ano 2022	Ano 2023	Ano 2024
Junho à dezembro	Janeiro à Dezembro	Janeiro à Dezembro	Janeiro à Dezembro	Janeiro à Dezembro	Janeiro à Julho
122	236	290	300	290	140
Total Sepultadores Período / Homens					
1378					
Total Horas Período					
291.062 hs					

Marlene Custódio Ardana

Gestor do Contrato

Fernando Rodrigues Machado

Fiscal de Contrato

NATA

20240752311NCC/DCOL
C/SESURB

Pág.: 3 de 3

Paulo da Silva Júnior

Secretário Municipal de Serviços Urbanos

Assinado Digitalmente por:

FERNANDO RODRIGUES MACHADO
COORDENADOR DAM-13
c5d57c99**adf945b9**ce5c7*****ee877
18/09/2024 15:10:47MARLENE CUSTODIO ARDANA
COORDENADOR FCM-11
a9c9490d**40dfa038**0d277*****4e68c
19/09/2024 09:58:07Paulo da Silva Júnior
Secretário Municipal de Serviços Urbanos
c22d2ee8**d9d1ee98**8e643*****28856
19/09/2024 13:46:19

A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://assinaturadocumento.uberlandia.mg.gov.br/> informando a identificação do sistema 20240752311NCC/DCOLC/SESURB e o código verificar OOGK ou através do QR CODE acima.

NATA

Avenida Anselmo Alves dos Santos, nº 600 – Bloco 02, 2º Piso -
Bairro Santa Mônica CEP: 38.408-150- Uberlândia/MG
Telefone: (34) 3239-2547 – E-mail: contratos.sesurb@uberlandia.mg.gov.br
www.uberlandia.mg.gov.br

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

REF: Pregão Presencial: 151/2021 - Contrato: 131/2021

Objeto: Prestação de serviços de Serviços de limpeza e desinfecção de imóveis devido a refluxo de esgoto nos bairros e distritos de Uberlândia durante o ano de 2023, em atendimento a Diretoria do Sistema de Esgotamento Sanitário.

Atestamos para os devidos fins, que a empresa **ESTRUTURA SERVIÇOS E ENGENHARIA LTDA**, situada na rua VB12, nº 37, Bairro Vereda dos Buritis - Catalão - GO, CEP 75709-637, inscrita no CNPJ/MF sob nº 11.293.277/0001-76, prestou os serviços abaixo relacionados para o Departamento Municipal de Água e Esgoto de Uberlândia, CNPJ: 25.769.548 / 0001-21, localizado na Avenida Rondon Pacheco, nº 6.400, CEP 38405-142, Bairro Tibery, Uberlândia/MG. O serviço está sendo executado dentro dos padrões de qualidade, sendo atendidas as exigências da Diretoria Requisitante e contemplando satisfatoriamente os objetivos quanto ao objeto contratado, tendo a empresa cumprido fielmente com suas obrigações, entregando o mesmo dentro do prazo, nada constando que a desabone técnica e comercialmente, até a presente data, tendo o serviço atestado pelos Gestor e Fiscal do contrato.

Serviço contratado:

Contrato: 131/2021 + 3º Aditamento				
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADES	VIGÊNCIA DO CONTRATO
1	Serviços de limpeza e desinfecção de imóveis devido a refluxo de esgoto nos bairros e distritos de Uberlândia durante o ano de 2023			01/01/2023 A 31/12/2023
1.1	Serviços de Limpeza do 1º Turno (7hs às 19hs)	M²	11.758,56	
1.2	Serviços de Limpeza do 2º Turno (19hs às 7hs)	M²	4.623,60	

Execução do Contrato: 01 de janeiro de 2023 até 30 de setembro de 2023 (Contrato + 3º Aditamento), sendo o total de 4.674,58 M³ para o item 1.1 e 1.722,75 M³ para o item 1.2

Local de Execução: Município de Uberlândia e seus Distritos.

Uberlândia, 23 de novembro de 2023.

**Lucas Pereira Rocha**

Diretor do Sistema de Esgotamento Sanitário – DMAE
Matrícula: 2108-3

**Renato Machado Rezende**

Diretor Geral – DMAE
Matrícula: 2731-6

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

CONTRATADA: ESTRUTURA SERVIÇOS E ENGENHARIA LTDA - EPP, inscrita no CNPJ nº 11.293.277/0001-76, com sede na Rua VB 12, nº37, Residencial Vereda dos Buritis, Catalão - GO, CEP 75.709-637.

CONTRATANTE: DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - DMAE, inscrita no CNPJ/MG sob o nº CNPJ: 25.769.548/0001-21, com sede na cidade de Uberlândia - MG, localizado na Avenida Rondon Pacheco, nº 6.400, CEP 38405-142, Bairro Tibery, Uberlândia/MG.

ATESTAMOS, a pedido da interessada e para fins de prova, aptidão de desempenho e atestado de execução, que a empresa ESTRUTURA SERVIÇOS E ENGENHARIA LTDA - EPP, tem executado satisfatoriamente e de acordo com as normas de qualidades o objeto do Pregão Presencial nº 030/2020 realizado em 17/04/2020, o serviço a seguir discriminado.

1. DADOS DO SERVIÇO:

Contrato nº: 116/2020

Objeto: Prestação de serviço de copeira nas dependências da Sede e descentralizações do DMAE, incluindo material (equipamentos, utensílios e produtos) necessário para execução do serviço.

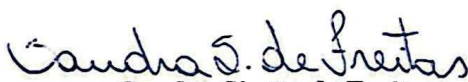
Endereço do Local: Sede do DMAE e descentralizações - Uberlândia - MG.

Período de Execução: 11 postos de serviços, sendo 10 copeiras e 1 encarregada, atuando em 8 unidades diferentes, com horários diferentes conforme a unidade que atua. 8 copeiras e 1 encarregada trabalham em regime de 44 horas semanais e 2 copeiras em regime 12/36h.

Vigência do contrato: 01/12/2020 até 30/11/2025. O contrato foi estendido a cada ano através de aditamentos até o limite permitido por lei, e está vigente até a data atual.

CERTIFICAMOS que todos os serviços, até a presente data, foram executados de acordo com as normas e especificações, atendendo corretamente à qualidade, segurança e aos demais requisitos contratuais, sem nada que a desabone.

Uberlândia-MG, 04 de fevereiro de 2025.



Sandra Simão de Freitas

Oficial administrativo - DMAE

Fiscal do contrato - Matrícula: 3138-0



Margareth Ferreira de Azara

Supervisora de Talentos Humanos-DMAE

Matrícula: 1706-0



Franciênio Alves Gomes

Chefe Núcleo de Higiene, Limpeza e Alimentação - DMAE

Gestor do contrato - Matrícula: 2121-0



Fábio Guilherme Depin

Diretor Administrativo - DMAE Matrícula: 3217-4

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA PARCIAL

CONTRATADA: ESTRUTURA SERVIÇOS E ENGENHARIA LTDA, inscrita no CNPJ nº 11.293.277/0001-76, com sede na Rua VB12, nº 37, Residencial Vereda dos Buritis, Catalão - GO, Cep: 75.709-637.

CONTRATANTE: DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – DMAE, inscrita no CNPJ/MG sob o nº CNPJ: 25.769.548/0001-21, com sede na cidade de Uberlândia – MG, localizado na Avenida Rondon Pacheco, nº 6.400, CEP 38405-142, Bairro Tibery, Uberlândia/MG.

ATESTAMOS, a pedido da interessada e para fins de prova, aptidão de desempenho e atestado de execução, que a ESTRUTURA SERVIÇOS E ENGENHARIA LTDA, executou satisfatoriamente e de acordo com as normas de qualidades o contrato nº 131/2020 assinado entre as partes em 09/12/2020, o serviço a seguir discriminado.

1. DADOS DO SERVIÇO:

Contrato nº 131/2020

Pregão Presencial nº 039/2020

Objeto: Contratação de empresa de construção civil para locação de mão de obra por hora trabalhada de serviços continuados de mestre de obras com experiência em obras de drenagem pluvial, carpinteiros e armadores, em atendimento à Diretoria de Drenagem Pluvial.

Endereço do Local: Descentralização do Dmae – PIMA- Uberlândia – MG.

Período de Execução do Contrato: janeiro/2021 até julho/2022 (em execução).

2. QUANTITATIVO TOTAL EXECUTADO DOS SERVIÇOS:

Período da Execução dos Serviços: janeiro/2021 até julho/2022 (Contrato em andamento)

Posto de Trabalho	Unid.	Quantitativo Funcionários (Média Mensal)	Quantitativo do Período (em Mês)
Posto de Mestre de Obras	Mês	3	19
Posto de Carpinteiro	Mês	1	
Posto de Armador	Mês	1	

CERTIFICAMOS que todos os serviços foram executados de acordo com as normas e especificações, atendendo corretamente à qualidade, segurança e aos demais requisitos contratuais.

Uberlândia-MG, 05 de agosto de 2.022.


Ana Flávia Medeiros

Supervisora Drenagem Pluvial –
DMAE
Matrícula: 2626-3


Cleiton Silas Martins

Gerente Drenagem Pluvial – DMAE
Matrícula: 2603-4


Paulo Euclides Ochiucci

Diretor Drenagem Pluvial – DMAE
Matrícula: 2599-2



Número 488

Sessões: 30 e 31 de julho; 6 e 7 de agosto de 2024

Este Informativo contém informações sintéticas de decisões proferidas pelos Colegiados do TCU, relativas à área de Licitações e Contratos, que receberam indicação de relevância sob o prisma jurisprudencial no período acima indicado. Os enunciados procuram retratar o entendimento das deliberações das quais foram extraídos. As informações aqui apresentadas não constituem, todavia, resumo oficial da decisão proferida pelo Tribunal nem representam, necessariamente, o posicionamento prevalecente do TCU sobre a matéria. O objetivo é facilitar o acompanhamento dos acórdãos mais importantes do TCU. Para aprofundamento, o leitor pode acessar o inteiro teor das deliberações por meio dos links disponíveis.

SUMÁRIO

Plenário

1. Admite-se, nas contratações por postos de serviço regidas pela Lei 14.133/2021, a fixação de salários em valores superiores aos pisos estabelecidos em convenções coletivas de trabalho, desde que observados os seguintes requisitos: i) justificativa técnica de que os serviços demandam, por suas características e particularidades, a execução por profissional com nível de qualificação acima da média; e ii) realização de pesquisa de preços demonstrando a compatibilidade com os valores de mercado para contratações similares, ou seja, comprovação de que no mercado existe tal distinção salarial em função da qualificação do trabalhador.
2. Nas contratações de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra regidas pela Lei 14.133/2021, os atestados de capacidade técnica devem comprovar a aptidão do licitante na gestão de mão de obra, e não na execução de serviços idênticos aos do objeto licitado, sendo imprescindível motivar tecnicamente as situações excepcionais, sob pena de afronta aos princípios da legalidade, da competitividade e da isonomia entre os licitantes.

PLENÁRIO

1. Admite-se, nas contratações por postos de serviço regidas pela Lei 14.133/2021, a fixação de salários em valores superiores aos pisos estabelecidos em convenções coletivas de trabalho, desde que observados os seguintes requisitos: i) justificativa técnica de que os serviços demandam, por suas características e particularidades, a execução por profissional com nível de qualificação acima da média; e ii) realização de pesquisa de preços demonstrando a compatibilidade com os valores de mercado para contratações similares, ou seja, comprovação de que no mercado existe tal distinção salarial em função da qualificação do trabalhador.

Representação formulada ao TCU apontou supostas irregularidades no Pregão Eletrônico 262/2023, realizado pelo Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos da Fundação Oswaldo Cruz (Bio-Manguinhos/Fiocruz), cujo objeto era a “prestação de serviços de apoio administrativo e técnico, acessórios e instrumentais aos processos de produção, qualidade, desenvolvimento tecnológico e gestão no ramo de imunobiológicos (vacinas, reativos para diagnóstico, biofármacos, e outros insumos/serviços estratégicos em saúde de interesse do Sistema Único de Saúde – SUS)”, pelo período de 24 meses. Mediante a referida licitação, regida pela Lei 14.133/2021 (nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos) e tendo como critério de julgamento o menor preço global, a entidade pretendia, em essência, a contratação de 2.315 postos de trabalho, divididos em 315 diferentes perfis de mão de obra. Entre as irregularidades suscitadas, mereceu destaque a “fixação de piso salarial mínimo acima da média de mercado”. Após analisar a resposta da entidade contratante à oitiva prévia promovida pelo Tribunal, a unidade técnica posicionou-se pela “insuficiência da justificativa para a adoção de salários acima do piso salarial da categoria”, razão por que propôs a realização de diligência para obtenção de “dados sobre evasão e rotatividade observados em contratações anteriores que fundamentaram a adoção de salários acima do piso salarial da categoria no âmbito do Pregão Eletrônico 262/2023”. Cogitou ainda o “chamamento futuro dos responsáveis, após o saneamento dos autos”. Em seu voto, o relator divergiu da proposição oferecida pela unidade



instrutiva, pois, para ele, o processo já se encontrava em condições de ser apreciado no mérito. Nesse sentido, registrou, preliminarmente, que o referido pregão “*visa à contratação de serviços essenciais, por mão de obra com dedicação exclusiva, cuja prestação deve ser assegurada de forma continuada*”, sob pena de se colocar em risco o funcionamento e a operação de Bio-Manguinhos/Fiocruz e, por consequência, o abastecimento da rede pública de saúde. Enfatizou ainda que o certame impugnado “*busca alocar trabalhadores especializados na produção e distribuição de imunobiológicos para prevenção (vacinas), tratamento (biofármacos) e diagnóstico de doenças (reativos), parte deles não oferecidos por laboratórios privados, além de outros insumos/serviços estratégicos em saúde de interesse do Sistema Único de Saúde, tais como a implementação de medidas para o enfrentamento de crises sanitárias*”. Ademais, pontuou que tais serviços estariam sendo supridos por um contrato emergencial de seis meses, com termo final em 2/7/2024, que poderia ser prorrogado uma única vez, pelo mesmo período, “*faltando, destarte, poucos meses para o término da sua vigência*”, o que exigiria uma decisão célere por parte do Tribunal. Especificamente quanto à planilha de custos e formação de preços, ele concluiu que os esclarecimentos apresentados pela Fiocruz poderiam ser considerados suficientes para justificar os valores orçados para os serviços. A corroborar sua assertiva, invocou a jurisprudência do TCU, segundo a qual é possível, excepcionalmente, na contratação por postos de serviço, a fixação de salários em valores superiores aos pisos estabelecidos em convenções coletivas de trabalho, desde que observados os seguintes requisitos: i) justificativa técnica de que os serviços demandam, por suas características e particularidades, a execução por profissional com nível de qualificação acima da média; e ii) realização de pesquisa de preços demonstrando a compatibilidade com os valores de mercado para contratações similares, ou seja, comprovação de que no mercado existe tal distinção salarial em função da qualificação do trabalhador. Conforme o relator, no caso em exame, a entidade conseguiu comprovar que os salários fixados na planilha de custos e formação de preços foram estipulados com base em pesquisa de mercado realizada em indústrias do ramo farmacêutico, levando-se em conta a natureza das atividades desenvolvidas em Bio-Manguinhos pelas diferentes categorias profissionais e a necessidade de desempenho dos serviços almejados por profissionais “*com habilitação e/ou experiência superior aos das categorias remuneradas pelo piso salarial, ante a complexidade e a diversidade das atividades a serem executadas*”. Acerca da comparação entre os valores mensais estimados do sobredito contrato emergencial e do Pregão Eletrônico 262/2023, a Fiocruz teria esclarecido as diferenças existentes, entre as quais: a) “*o Pregão Eletrônico 262/2023 atualizou o salário base, de acordo com a pesquisa salarial do mercado farmacêutico, ao passo que o valor do contrato emergencial é sujeito à atualização, por meio de repactuação*”; e b) “*o valor mensal do contrato emergencial deverá sofrer alteração em razão da data base da categoria ocorrer em março, mês a partir do qual a contratada fará jus à repactuação que resultará na majoração dos salários, com o correspondente reflexo nos demais itens da planilha de custos e formação de preços, conforme art. 135 da Lei 14.133/2021*”. A partir de tais argumentos e à luz das informações contidas no processo, o relator manifestou-se pela “*inexistência de elementos de convicção suficientes para se concluir pela insuficiência/inadequação da quantificação dos serviços e da orçamentação dos custos unitários realizadas pela entidade e, por conseguinte, do valor mensal estimado para a contratação em exame*”, no que foi acompanhado pelos demais ministros que participaram do julgamento.

Acórdão 1589/2024 Plenário, Representação, Relator Ministro Augusto Nardes.

2. Nas contratações de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra regidas pela Lei 14.133/2021, os atestados de capacidade técnica devem comprovar a aptidão do licitante na gestão de mão de obra, e não na execução de serviços idênticos aos do objeto licitado, sendo imprescindível motivar tecnicamente as situações excepcionais, sob pena de afronta aos princípios da legalidade, da competitividade e da isonomia entre os licitantes.

Representação formulada ao TCU apontou possíveis irregularidades no Pregão Eletrônico 262/2023, realizado pelo Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos da Fundação Oswaldo Cruz (Bio-Manguinhos/Fiocruz), cujo objeto era a “*prestação de serviços de apoio administrativo e técnico, acessórios e instrumentais aos processos de produção, qualidade, desenvolvimento tecnológico e gestão no ramo de imunobiológicos (vacinas, reativos para diagnóstico, biofármacos, e outros insumos/serviços estratégicos em saúde de interesse do Sistema Único de Saúde – SUS)*”, pelo período de 24 meses. Mediante a referida licitação, regida pela Lei 14.133/2021 (nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos) e tendo como critério de julgamento o menor preço global, a entidade pretendia, em essência, a contratação de 2.315 postos de trabalho, divididos em 315 diferentes perfis de



mão de obra. Entre as irregularidades indicadas, mereceu destaque a “*previsão de exigências restritivas de qualificação técnica*”. Após analisar a resposta da entidade contratante à oitiva prévia promovida pelo Tribunal, a unidade técnica posicionou-se pela presença dos pressupostos do perigo da demora e da fumaça do bom direito, não vislumbrando o perigo da demora reverso, razão pela qual propôs o deferimento da medida cautelar pleiteada na representação, além de diligência à entidade para obtenção, entre outras informações, das razões de inabilitação de três licitantes no certame, mais especificamente, “*quais subitens do Edital do PE 262/2023 que foram descumpridos por cada uma das empresas [...], indicando o ponto exato, o qual tenha sido o motivo da inabilitação, encaminhando cópia dos documentos e análises pertinentes*”. Mediante despacho exarado em 19/1/2024, o qual foi ratificado pelo [Acórdão 61/2024-Plenário](#), o relator acolheu a proposta da unidade instrutiva e determinou à Bio-Manguinhos/Fiocruz a “*suspensão do andamento do Pregão Eletrônico 262/2023*”, até que o Tribunal deliberasse sobre o mérito da matéria. À época, a licitação se encontrava na fase de análise, pelo pregoeiro, da planilha de custos e formação de preços, e dos demais documentos previstos no edital, em relação à quarta licitante mais bem classificada. Após examinar as manifestações acostadas aos autos pela entidade em resposta à nova oitiva realizada, a unidade técnica concluiu que os esclarecimentos oferecidos lograram descaracterizar os indícios de irregularidades relativos à “*previsão de exigências restritivas de qualificação técnica*”. Em seu voto, o relator discordou dessa conclusão, especificamente por conta das seguintes exigências dispostas no item 7.19 do edital: “*7.19.2. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado. 7.19.2.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem 7.19.2, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas: 7.19.2.1.1. Serviços de apoio administrativo e técnico às atividades de desenvolvimento tecnológico ou produção industrial no segmento farmacêutico e/ou veterinário, com a disponibilização de mão de obra dedicada de forma exclusiva, por período não inferior a dois anos. 7.19.2.1.2. O atestado/certidão a que se refere o subitem acima deverá comprovar o quantitativo mínimo de 1.157 (mil, cento e cinquenta e sete) postos de trabalho, correspondente a 50% (cinquenta por cento) do quantitativo total de postos de trabalho, objeto desta licitação. Será admitido o somatório de atestados ou certidões para fim de comprovação do quantitativo mínimo exigido neste item, desde que os serviços (contratos) tenham sido executados de forma concomitante. Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante*”. O relator chamou a atenção para o fato de que, por meio do subitem 7.19.2.1.1, fora requerida comprovação específica de qualificação técnica em “*atividades de desenvolvimento tecnológico ou produção industrial no segmento farmacêutico e/ou veterinário*”, como condição para habilitação no certame, ou seja, “*aptidão relativa à atividade a ser contratada*”. Ponderou, no entanto, que, segundo entendimento jurisprudencial consolidado no TCU, nas licitações para contratação de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, os atestados de capacidade técnica devem comprovar a aptidão da licitante na gestão de mão de obra, e não na execução de serviços idênticos aos do objeto licitado, sendo imprescindível motivar tecnicamente as situações excepcionais. Mencionou, a título de exemplo, os “*Acórdãos 1.168/2016, 553/2016, 1.443/2014 e 1.214/2013, do Plenário, e 744/2015, da 2ª Câmara*”. Isso porque, continuou o relator, consoante previsto no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, nas contratações públicas, somente seriam permitidas exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações contratadas, sob pena de restrição indevida ao caráter competitivo do certame. Ao retomar o caso concreto, destacou que “*as três melhores propostas foram desclassificadas em razão do descumprimento de exigências editalícias, sendo a 2ª e a 3ª colocadas devido, especificamente, ao não atendimento do disposto no item 7.19.2.1.1 do edital*”. Frisou, todavia, que a segunda colocada apresentara atestados que, em princípio, poderiam comprovar o atendimento aos requisitos de qualificação técnica, quais sejam, “*capacidade da licitante na gestão de mão de obra no quantitativo (1.157 postos) e período (dois anos) mínimos exigidos, conforme item 7.19.2.1.2 do edital*”. Da mesma forma, os atestados apresentados pela terceira colocada também poderiam, conforme o relator, comprovar a observância aos aludidos requisitos. Destarte, ao exigir identidade entre o serviço licitado e os demonstrados pelos licitantes nos atestados de capacidade técnica, “*o item 7.19.2.1.1 do edital licitatório caracterizou exigência ilegal, com afronta aos princípios da legalidade, da competitividade e da isonomia entre os licitantes e ao entendimento jurisprudencial consolidado por este Tribunal (Acórdãos 1.168/2016, 553/2016, 1.443/2014 e 1.214/2013, do Plenário, e 744/2015, da 2ª Câmara, dentre outros), além de ter colocado em risco o caráter competitivo do certame, devendo, por esse motivo, ser suprimido*”. E ressaltou



que não foram apresentadas justificativas fundamentadas para tal exigência, “tanto na fase interna da licitação como perante este Tribunal”. Ao final, o relator propôs, e o Plenário decidiu, “revogar a medida cautelar ratificada pelo Acórdão 61/2024-TCU-Plenário, possibilitando-se o prosseguimento do Pregão Eletrônico 262/2023 após a exclusão da exigência constante do item 7.19.2.1.1 do edital licitatório, com vistas à aceitação da comprovação da prestação de serviço de gerenciamento de mão de obra, compatível em prazos, características e quantidades com o objeto do certame, devendo o processo licitatório retornar à fase de habilitação, para que sejam reexaminados os atestados apresentados em conformidade com a legislação aplicável à espécie e a jurisprudência pacificada deste Tribunal”. Outrossim, a fim de que venham a ser adotadas pela Fiocruz medidas com vistas à prevenção de irregularidades semelhantes em suas futuras licitações, o Pleno decidiu cientificar a entidade sobre a ocorrência constatada no Pregão Eletrônico 262/2023: “exigência de atestados de capacidade técnica que comprovem aptidões relativas às atividades a serem contratadas e não à habilidade da licitante na gestão de mão de obra, sem a necessária demonstração técnica dessa necessidade, afrontando os princípios da legalidade, da competitividade e da isonomia entre os licitantes e em desacordo com as diretrizes do entendimento jurisprudencial consolidado por este Tribunal (Acórdãos 1.168/2016, 553/2016, 1.443/2014 e 1.214/2013, do Plenário, e 744/2015, da 2ª Câmara, dentre outros)”.

Acórdão 1589/2024 Plenário, Representação, Relator Ministro Augusto Nardes.

Elaboração: Diretoria de Jurisprudência - Secretaria das Sessões

Contato: jurisprudenciafaleconosco@tcu.gov.br

À
UASG 70008 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO G.DO NORTE
PREGÃO ELETRÔNICO 90021/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3675/2025-TRE/RN
Assunto: CONSIDERAÇÃO DOS ATESTADOS + CNPJ + 4ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL
Referência: Pregão Eletrônico nº 90021/2025

Catalão/GO, 25 de julho de 2025.

Senhor(a) Pregoeiro(a),

A empresa **ESTRUTURA SERVIÇOS E ENGENHARIA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº **11.293.277/0001-76**, participante do **Pregão Eletrônico nº 90021/2025**, cujo objeto é: *Contratação de serviços contínuos de limpeza, conservação e higienização de imóveis, a serem executados, sob o regime de dedicação exclusiva de mão de obra, em imóveis da Justiça Eleitoral localizados no município de Natal/RN*; vem, respeitosamente, apresentar **justificativa para que seja considerado aceitação dos atestados de capacidade técnica** apresentados.

Visto que tanto na 4ª Alteração do contrato social que será anexado a documentação como **HABILITAÇÃO JURÍDICA** abaixo:

CLÁUSULA I: ALTERAÇÃO DO OBJETO (art. 997, II, CC)

A Sociedade passa a ter por objeto o exercício das seguintes atividades econômicas: Prestação de serviços de sepultamento; manutenção e reparação de válvulas industriais; instalação e manutenção elétrica; limpeza em prédios e em domicílios; construção de edifícios residenciais e comerciais; serviços de apoio administrativo; gestão e manutenção de cemitérios; serviços de portaria e recepção; serviços combinados de apoio a edifícios, exceto condomínios prediais; atividades paisagísticas; outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas não especificadas anteriormente; serviços de limpeza.

Parágrafo único: Em estabelecimento eleito como Sede (Matriz) será(ão) exercida(s) a(s) atividade(s): PRESTACAO DE SERVICOS DE SEPULTAMENTO MANUTENCAO E REPARACAO DE VALVULAS INDUSTRIAIS INSTALACAO E MANUTENCAO ELETRICA LIMPEZA EM PREDIOS E EM DOMICILIOS CONSTRUCAO DE EDIFICIOS RESIDENCIAIS E COMERCIAIS SERVICOS DE APOIO ADMINISTRATIVO GESTAO E MANUTENCAO DE CEMITERIOS SERVICOS DE PORTARIA E RECEPCAO SERVICOS COMBINADOS DE APOIO A EDIFICIOS, EXCETO CONDOMINIOS PREDIAIS ATIVIDADES PAISAGISTICAS OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS PRESTADOS PRINCIPALMENTE AS EMPRESAS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE SERVICOS DE LIMPEZA..

E exercerá as seguintes atividades:

9603-3/03 - Serviços de sepultamento

3314-7/11 - Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para agricultura e pecuária

4120-4/00 - Construção de edifícios

4321-5/00 - Instalação e manutenção elétrica

8111-7/00 - Serviços combinados para apoio a edifícios, exceto condomínios prediais

8121-4/00 - Limpeza em prédios e em domicílios

8129-0/00 - Atividades de limpeza não especificadas anteriormente

Como em nosso cartão CNPJ abaixo:

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 11.293.277/0001-76 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 09/11/2009
NOME EMPRESARIAL ESTRUTURA SERVICOS E ENGENHARIA LTDA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) ESTRUTURA SERVICOS E ENGENHARIA		PORTE EPP
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 96.03-3-03 - Serviços de sepultamento		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 33.14-7-11 - Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para agricultura e pecuária 41.20-4-00 - Construção de edifícios 43.21-5-00 - Instalação e manutenção elétrica 81.11-7-00 - Serviços combinados para apoio a edifícios, exceto condomínios prediais 81.21-4-00 - Limpeza em prédios e em domicílios 81.29-0-00 - Atividades de limpeza não especificadas anteriormente 81.30-3-00 - Atividades paisagísticas 82.11-3-00 - Serviços combinados de escritório e apoio administrativo 82.19-9-99 - Preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo não especificados anteriormente 82.99-7-99 - Outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas não especificadas anteriormente 96.03-3-01 - Gestão e manutenção de cemitérios 96.03-3-05 - Serviços de somatoconservação		

...constam claramente nos CNAES **81.21-4-00**, **81.29-0-00** e **81.11-7-00**, que a empresa tem como atividades secundárias o objeto constante no edital do pregão.

Já quanto a quantidade mínima de pessoas, que para essa licitação seriam de ~28 pessoas por ao menos 01 ano, o **Atestado de Capacidade Técnica 1** consta ~22 pessoas durante 05 anos que consta abaixo imagem recortada

Quantidade de Sepultadores Fornecidas / Homens					
Ano 2019	Ano 2020	Ano 2021	Ano 2022	Ano 2023	Ano 2024
Junho à dezembro	Janeiro à Dezembro	Janeiro à Dezembro	Janeiro à Dezembro	Janeiro à Dezembro	Janeiro à Julho
122	236	290	300	290	140
Total Sepultadores Período / Homens					
1378					
Total Horas Período					
291.062 hs					

Conforme quadro acima demonstra que, durante o período de **17/06/2019** a **31/07/2024**, a medição acima foi realizada, então para acharmos a quantidade de pessoas segue-se o seguinte contexto:

Precisamos calcular **quantos meses inteiros** esse período abrange.

Cálculo do período:

- De 17/06/2019 a 16/06/2024 = **5 anos completos = 60 meses**
 - De 17/06/2024 a 31/07/2024 = **1 mês e 15 dias**, que arredondaremos proporcionalmente.
 - 15 dias de julho representam **meia jornada mensal** (aproximadamente).
- Assim:

Total estimado do período: 61,5 meses

2. Jornada mensal padrão:

Cada funcionário presta **220 horas por mês**.

3. Total de horas prestadas no período:

Foi informado que foram prestadas **291.062 horas**.

4. Cálculo da quantidade média de funcionários:

$$\text{Funcionários} = \frac{\text{Total de horas prestadas}}{\text{Jornada mensal por funcionário} \times \text{Número de meses}}$$
$$\text{Funcionários} = \frac{291.062}{220 \times 61,5} = \frac{291.062}{13.530} \approx 21,51$$

Então resta clara que foram utilizados, **em média, aproximadamente 22 funcionários** (arredondando para o número inteiro mais próximo), para prestar **291.062 horas** entre **junho de 2019 e julho de 2024**, considerando uma jornada mensal de 220 horas por trabalhador.

Somando-se a isso, os atestados restantes comprovam, de maneira clara e objetiva, a execução de contratos de prestação de serviços com **regime de dedicação exclusiva de mão de obra**, contemplando todas as responsabilidades legais e operacionais relacionadas à **gestão de pessoal terceirizado** – supervisão, controle de jornada, substituições, treinamentos, cumprimento de encargos trabalhistas e previdenciários, entre outros aspectos essenciais da administração contratual.

Dito isso, cabe trazer à tona os seguintes Acórdãos:

Acórdão 1891/2016 – Plenário | Ministro Marcos Bemquerer - Nas licitações para contratação de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, os atestados de capacidade técnica devem, em regra, comprovar a habilidade da licitante em gestão de mão de obra.

Acórdão 1168/2016 – Plenário | Ministro Bruno Dantas - Nas contratações de serviços de terceirização (serviços contínuos prestados mediante dedicação exclusiva da mão de obra), os atestados de capacidade técnica devem, em regra, comprovar a habilidade da licitante na gestão de mão de obra.

Acórdão 553/2106 – Plenário | Ministro Vital do Rego - Nas licitações para contratação de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, os atestados de capacidade técnica devem comprovar a aptidão da licitante na gestão de mão de obra, e não na execução de serviços idênticos aos do objeto licitado, sendo

imprescindível motivar tecnicamente as situações excepcionais.

Informativo de Licitações e Contratos Nº 488/2024 – “Nas contratações de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra regidas pela Lei 14.133/2021, os atestados de capacidade técnica devem comprovar a aptidão do licitante na gestão de mão de obra, e não na execução de serviços idênticos aos do objeto licitado, sendo imprescindível motivar tecnicamente as situações excepcionais, sob pena de afronta aos princípios da legalidade, da competitividade e da isonomia entre os licitantes.”(Segue em Anexo o informativo)

Tal entendimento está igualmente em conformidade com o **art. 67 da Lei nº 14.133/2021**, segundo o qual a comprovação de aptidão técnica - que nesse caso é de gestão de mão de obra - deve considerar a pertinência e compatibilidade com o objeto da licitação, sem impor, indevidamente, exigências que reduzam a competitividade do certame ou que contrariem os princípios da **isonomia, eficiência e economicidade** (art. 5º da mesma lei).

Diante disso, a **ESTRUTURA SERVIÇOS E ENGENHARIA LTDA** solicita que **os atestados sejam considerados para fins de comprovação de gestão de mão de obra**, com o consequente reconhecimento de sua validade para fins de habilitação, por estarem plenamente em conformidade com a legislação vigente e com a jurisprudência do TCU.

Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais.

Atenciosamente,



GUILHERME HENRIQUE DA SILVA
Sócio/Administrador
Guilherme Henrique da Silva
ESTRUTURA SERVIÇOS E ENGENHARIA LTDA
Telefone: (64) 9.8427-9991
E-mail: estrutura.servicos@outlook.com

DO RECUSO DA EMPRESA FASICO

Em breve síntese, nas razões recursais apresentadas pela Empresa **FASICO SERVIÇOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 34.939.967/0001-55, essa se insurge contra a aceitação da proposta e habilitação da Empresa **ESTRUTURA SERVIÇOS E ENGENHARIA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 11.293.277/0001-76:

1) Alega que a Recorrida atentou contra o caráter competitivo da licitação, ao usar mensagens intimidatórias prejudicando o bom andamento do certame, cabível portanto de penalidade segundo o Edital e legislação vigente.

2) Defende que o previsto nos subitens 12.17 a 12.19 do Termo de Referência (Anexo I do Edital) não fora atendido pela Recorrida visto que o atestado da Prefeitura de Araguari não menciona o quantitativo de mão de obra utilizado, o que inviabilizaria a contagem quanto ao quantitativo de mão de obra, não sendo suficiente também em termos qualitativos, visto que o Edital exige comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade equivalente ou superior ao objeto do certame em apreço.

3) Pressupõe, ao final, que há ilegalidade ao aceitar a proposta sem comprovação de exequibilidade, com propostas de preços em desacordo com os termos do Edital.

DECISÃO DO PREGOEIRO

Quanto ao Recurso apresentado pela Empresa FASICO bem como considerando as Contrarrazões apresentadas pela Empresa ESTRUTURA, tenho o seguinte a informar:

1) Este Pregoeiro não vislumbrou conduta irregular muito menos as infrações previstas nos incisos X do Art. 155 da Lei nº 14.133/2021 nem nos subitens 12.1, 12.1.6, 12.1.6.2 e 12.1.7, cometidos pela Recorrida muito menos pela Recorrente, haja vista que a Recorrida não enviou documentação incapaz de comprovar sua habilitação muito menos induziu este Pregoeiro a erro, assim como a Recorrente não abusou de seu direito ao apresentar o Recurso em apreço, fazendo ambas o papel de competidores num certame de amplo interesse.

2) Quanto as alegações de que a Empresa não comprovou a habilitação exigida, trago à baila informação do setor demandante que analisou a habilitação bem como os argumentos trazidos pela Recorrente:

“Analisando o recurso apresentado pela empresa Fasico Serviços, no quesito habilitação técnica, vimos informar que:

1- Quanto aos atestados apresentados pela empresa Estrutura foram apresentados 3 atestados válidos:

a) Prefeitura Municipal de Uberlândia/MG - Ct nº 116/2020 = 11 postos de trabalho;

b) Departamento Municipal de Água e Esgoto de Uberlândia/MG - Ct nº 131/2020 = 05 postos de trabalho;

c) Prefeitura Municipal de Uberlândia/MG - Ct nº 534/2019 = 22 postos de trabalho.

Nesse atestado, não está explícito a quantidade de postos de trabalho, mas diante das informações colocadas no documento, entendemos que o contrato vincula a

*quantidade de homens contratados à quantidade de horas trabalhadas, desta forma para encontrar o nº de pessoas contratadas, realizamos o seguinte cálculo:
Número de pessoas contratadas = 291062h / 220h mensais x 12 meses x 5 anos = 22 postos de trabalho.*

Total de postos somados nos contratos = 38 postos de trabalho.

2- Quanto à comprovação de aptidão para desempenho de atividade em quantidades compatíveis como o objeto da licitação, subitem 12.18.2 do Termo de Referência, informamos que essa exigência partiu do setor (SECOP) que fiscaliza o contrato, objeto da licitação em questão, porém o licitante está amparado pela IN 05/2017 SEGES/MP, Anexo VII, item 10.6 C.

A IN 05/2017 SEGES/MP foi usada na elaboração do Termo de Referência para definir a quantidade de postos de trabalho para a quantidade de área a ser limpa”.

Sendo assim, após a reiteração do setor demandante quanto à habilitação da Empresa Recorrida, há de se ressaltar o previsto na Instrução Normativa SEGES/ME nº 98/2022 que autoriza a aplicação da IN nº 5/2017 a licitações regidas pela Lei nº 14.133/2021, que traz na alínea ‘c.1’ do subitem 10.6, que quando o número de postos de trabalho a ser contratado for superior a 40 (quarenta) postos, o licitante deverá comprovar que tenha executado contrato(s) com um mínimo de 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados.

Logo, a habilitação exigida no certame em apreço tem que ser interpretada conjuntamente com as Instruções Normativas retro mencionadas, podendo ser assim comprovada a aptidão por atestados que, em conjunto, somem acima de 27 (vinte e sete) postos de trabalho, o que a Empresa Recorrida cumpriu visto que, ao se computar os atestados encaminhados, foi verificada a comprovação de 38 (trinta e oito) postos de trabalho.

Por fim, resta salientar que o Atestado da Prefeitura de Araguari sequer fez parte do cômputo final desses 38 postos considerados para fins de habilitação, como se depreende da informação do setor demandante.

3) No que tange à ilegalidade em aceitar proposta sem comprovação de exequibilidade, este Pregoeiro procedeu à aceitação da Proposta e Planilha de Custos e Formação de Preços após análise minuciosa do setor técnico que entendeu como comprovada e compatível a planilha e proposta em questão, tendo a Empresa atendido a todos os encargos previstos e obrigatórios, sendo o valor dessa proposta da Empresa Recorrida (R\$ 3.562.090,59) cerca de 88% do nosso valor estimado (R\$ 4.049.919,05), o que sob nenhuma hipótese legal teria como ser declarada inexequível, senão vejamos o que prevê o Edital:

7.9. No caso de bens e serviços em geral, e indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela TRE/RN.

Por todo o exposto, entendo que **não devem prosperar as Razões Recursais apresentadas pela Recorrente - FASICO SERVIÇOS LTDA, razão pela qual mantenho a decisão de aceitar e habilitar a Empresa ESTRUTURA SERVICOS E ENGENHARIA LTDA (CNPJ 11.293.277/0001-76).**

Natal, 08/08/2025.

Manoel Nazareno Fernandes Filho
Pregoeiro